

Fonte: <http://www.portaldaindustria.org.br>

29/04/2015

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DA CNI, ROBSON BRAGA DE ANDRADE, NA ABERTURA DO SEMINÁRIO PENSE NAS PEQUENAS PRIMEIRO, NA SEDE DA CNI. 29.4.2015.

Senhoras e Senhores,

Bom-dia. Sejam todos bem-vindos.

As pequenas empresas são a melhor forma de realizar os ideais da livre-iniciativa e de concretizar a imensa energia empreendedora dos brasileiros. Seguramente, são agentes do dinamismo no ambiente econômico.

Elas constituem, também, uma forma de combater a desigualdade. Favorecer a pequena empresa é apostar na mobilidade social e no desenvolvimento regionalmente mais equilibrado.

Conhecedores dessa realidade, nossos parlamentares instituíram, ainda em 1988, o tratamento diferenciado e favorecido aos pequenos negócios em nossa Constituição.

Coube à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa regulamentar esse regime nos diferentes aspectos da vida empresarial. O aperfeiçoamento dessa legislação deve ser constante, para que tenhamos um cenário cada vez mais propício ao fortalecimento da economia.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o propósito de contribuir para a construção de um ambiente mais favorável aos pequenos negócios, criou o Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa (Compem), hoje presidido pelo companheiro AMARO SALES, diretor da CNI e presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN).

Nossa preocupação envolve todo o ciclo da pequena empresa: da criação ao pleno funcionamento e à expansão.

Senhoras e Senhores,

Como sabemos, o ano de 2015 apresenta um duplo desafio, que já vem sendo enfrentado pelo governo: restaurar os fundamentos macroeconômicos e elevar a competitividade das empresas brasileiras.

Ambos são cruciais para a retomada do crescimento sustentado e devem ser viabilizados simultaneamente. A reconstrução dos alicerces da economia restabelecerá a credibilidade, amenizará incertezas e ampliará os horizontes de empresários, investidores e trabalhadores.

O ajuste deve aumentar o grau de previsibilidade na economia, se for adequadamente combinado com uma estratégia de crescimento e foco na competitividade.

Também é fundamental definir uma agenda microeconômica que reduza os custos das empresas, aumente sua produtividade e melhore o ambiente de negócios.

Neste momento, a atuação de nossas entidades se torna ainda mais necessária para que os pequenos negócios mantenham seus mercados, superem seus desafios e avancem.

O acesso à informação, aos mercados e ao crédito é um dos seus maiores desafios. Além disso, o empresário tem de lidar com uma série de regras que dificultam a atividade empreendedora.

Apenas para citar um exemplo de regulamentação excessiva e de difícil cumprimento, destaco a Norma Regulamentadora nº 12, a NR-12. Justamente o segmento que mais precisa de apoio é o que tem sido mais fiscalizado: 70% das visitas acontecem nas micro e pequenas empresas.

Oferecer um ambiente com regras simplificadas e desburocratizadas é um requisito para o crescimento e a geração de emprego e renda.

A facilitação do processo de criação de uma empresa é crucial. Para esse e para outros temas essenciais, contamos com a liderança da Secretaria da Micro e Pequena Empresa e do ministro GUILHERME AFIF DOMINGOS, nosso parceiro que muito nos honra com sua presença na Casa da Indústria.

A taxa de mortalidade das empresas de menor porte precisa cair. No Brasil, mais da metade fecha suas portas em até dois anos de funcionamento.

Na Europa, tornou-se comum o que se convencionou chamar de "segunda chance": a possibilidade de um empresário abrir um outro negócio após uma primeira tentativa malsucedida.

A probabilidade de sucesso em um segundo empreendimento é muito maior, pois o empresário já passou por um processo de aprendizado intenso, ainda que, muitas vezes, dolorido.

Entendemos que o Brasil precisa de políticas para melhorar o ambiente regulatório de modo a impedir que o espírito empreendedor seja sufocado. Necessitamos de medidas para evitar o fechamento precoce de empresas.

Acesso a mercados por meio das compras governamentais, por exemplo, representa um importante estímulo para a pequena empresa. O poder de consumo do Estado pode e deve ser utilizado como ferramenta para promover o desenvolvimento econômico.

Precisamos estar atentos às oportunidades e garantir que o tratamento diferenciado seja efetivo em todas as esferas do setor público, não só no nível federal, mas também nos estados e nos municípios.

Devo mencionar o fardo da carga tributária nacional. Se o complexo e caro sistema brasileiro de cobrança de impostos já representa um enorme desafio para companhias de maior porte, imaginem para uma pequena empresa.

Para tentar reduzir o peso dos tributos na vida dos pequenos, criou-se o Simples Nacional, instrumento útil que precisa ser sempre aperfeiçoado. A redução da burocracia e da carga tributária é condição essencial para o dia a dia dos pequenos negócios.

No entanto, sabemos que o Simples Nacional também tem suas dificuldades. Ao crescer, a pequena empresa acaba por sair desse regime facilitado, sendo obrigada a conviver com um emaranhado de regras. Além disso, passa a pagar até 62% a mais em impostos pelo lucro presumido.

Não podemos conviver com um desestímulo tão grande ao crescimento. O país precisa incentivar a atividade empreendedora e seu desenvolvimento.

Para isso, devemos retirar todos os obstáculos que enfrentamos na saída do Simples Nacional, nos moldes do que o ministro AFIF DOMINGOS vem propondo.

Senhoras e Senhores,

As definições de pequena empresa diferem de acordo com o país, mas as dificuldades e os desafios são muito semelhantes. Temos curiosidade de saber como as outras nações lidam com o assunto.

O que podemos aprender com as experiências internacionais? Como podemos adaptar os exemplos de sucesso às características do Brasil?

Hoje, vamos conhecer a experiência dos Estados Unidos, do Chile e da Dinamarca. Essa última serve como inspiração para todos os países europeus.

Aliando boas práticas internacionais às nossas próprias descobertas, poderemos avançar de modo mais seguro e rápido.

As instituições públicas e privadas que lidam com o fundamental tema do incentivo às micro e pequenas empresas devem trabalhar em conjunto. Só por meio do diálogo franco e da firme tomada de decisões, conseguiremos estabelecer um bom cenário para seu crescimento.

Garantir o crescimento das micro e pequenas empresas é crucial para desenvolver o país. Nesse esforço, o país pode contar sempre com a indústria brasileira e com a CNI.

Muito obrigado.

ATENDIMENTO À IMPRENSA

Gerência de Jornalismo da CNI

Tel: (61) 3317-9578 / 8917 / 9825

E-mail: imprensa@cni.org.br

<http://www.portaldaindustria.org.br>

Fotos: <http://www.bancodemidia.cni.org.br>

<http://www.twitter.com/JornalismoCNI>